

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/06/2025 | Edição: 104 | Seção: 1 | Página: 60  
Órgão: Ministério da Pesca e Aquicultura/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MPA Nº 478, DE 3 DE JUNHO DE 2025

Institui o Comitê da Pesca Amadora e Esportiva no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inc. II, da Constituição, e em vista do disposto na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, no Decreto nº 5.069, de 5 de maio de 2004, no Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, e na Portaria nº 285, de 18 de julho de 2024, do Ministério da Pesca e Aquicultura, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE, o Comitê da Pesca Amadora e Esportiva - CPAE, de caráter consultivo e de assessoramento, com o objetivo de subsidiar a gestão da atividade da pesca amadora e esportiva.

Art. 2º Compete ao CPAE:

I - assessorar o CONAPE quanto à formulação de políticas públicas para a pesca amadora e esportiva;

II - propor diretrizes e estratégias para o desenvolvimento sustentável da pesca amadora e esportiva;

III - promover a articulação entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil para a gestão das atividades de pesca amadora e esportiva;

IV - monitorar e avaliar a implementação das políticas públicas e programas relacionados com a pesca amadora e esportiva;

V - propor pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias que promovam a sustentabilidade e a competitividade da pesca amadora e esportiva;

VI - recomendar iniciativas para fomentar e aprimorar o desenvolvimento sustentável da pesca amadora e esportiva, bem como políticas e medidas necessárias para torná-la referência internacional;

VII - formular propostas para fortalecer campeonatos, fóruns, eventos e afins, que visem à divulgação e o debate sobre a pesca amadora e esportiva;

VIII - formular propostas para promover a ampliação da prática da pesca amadora e esportiva, com inclusão social e com respeito aos povos e territórios tradicionais; e

IX - elaborar relatório de atividades com periodicidade anual, a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

Art. 3º O CPAE terá a seguinte composição:

I - seis membros do CONAPE, representantes da sociedade civil;

II - até dez membros da sociedade civil, de entidades representativas da atividade da pesca amadora e esportiva; e

III - até dez representantes de órgãos vinculados à Administração Pública Federal, sem direito a voto.

§ 1º Cada integrante terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º O presidente do CPAE será escolhido pelo Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura dentre os membros de que tratam os incisos I e II do caput, para exercer mandato de dois anos, permitida a recondução.



§ 3º Os representantes de que tratam os incisos I, II e III do caput, e seus respectivos suplentes, serão indicados pelos titulares das entidades que representam e serão designados por ato do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

§ 4º No momento da escolha dos integrantes do CPAE, deverá ser observada a aderência da entidade representada às competências dispostas no art. 2º.

§ 5º A eventual substituição de representante indicado poderá ser efetuada a qualquer tempo, devendo ser comunicada ao Secretário do CPAE para fins da respectiva designação pelo Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

Art. 4º Compete aos membros do CPAE:

I - zelar pelo pleno exercício de suas competências;

II - analisar as matérias constantes nas pautas das reuniões, podendo solicitar o assessoramento técnico e administrativo do Ministério da Pesca e Aquicultura;

III - proferir, em reunião, voto fundamentado acerca das matérias submetidas a deliberação;

IV - manter confidencialidade dos assuntos tratados no âmbito do CPAE, até a deliberação final, nos termos do art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

V - estabelecer o calendário de reuniões do CPAE.

Art. 5º O CPAE reunir-se-á pelo menos três vezes por ano, ordinariamente, ou a qualquer tempo, extraordinariamente, mediante convocação do presidente.

§ 1º O quórum de reunião é de maioria absoluta de seus membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o presidente terá voto de qualidade, em caso de empate.

§ 3º As deliberações do Comitê terão natureza opinativa e colegiada, podendo resultar em recomendações que serão encaminhadas, pela Secretaria do CONAPE, às áreas competentes do Ministério da Pesca e Aquicultura.

§ 4º As reuniões do CPAE serão realizadas, preferencialmente, de forma presencial nas instalações do Ministério da Pesca e Aquicultura, ou por meio de videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020.

§ 5º Os membros serão responsáveis pelo custeio de suas próprias despesas com diárias e passagens, caso optem por participar presencialmente das reuniões.

Art. 6º O CPAE poderá convidar especialistas e representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura e de demais entidades e órgãos, públicos ou privados, além de autoridades, cientistas e técnicos, nacionais ou estrangeiros, para colaborar, exclusivamente em caráter auxiliar, nas reuniões, sem direito a voto, ou fornecer subsídios técnicos que contribuam com as atividades do Comitê.

Parágrafo único. Os órgãos, entidades e instituições convidados poderão disponibilizar até dois representantes para participar de cada reunião.

Art. 7º O CPAE poderá criar, no exercício de suas atribuições, Grupos Temáticos com a participação de membros da sociedade civil, da Administração Pública Federal, estadual, municipal e Distrital, e da comunidade acadêmica e científica, afetos aos temas que especificar.

Art. 8º Aos Grupos Temáticos compete:

I - discutir e avaliar temas específicos de sua abrangência, conforme demandado pelo Comitê; e

II - elaborar relatório final sobre cada demanda apreciada e apresentar em reunião do Comitê.

§ 1º Fica limitado a três o número de Grupos Temáticos que poderão operar simultaneamente no âmbito do CPAE.

§ 2º Cada Grupo Temático será composto por no máximo dez representantes e contará com um Coordenador, designado pelo presidente do CPAE dentre seus membros, podendo este ser substituído, a qualquer tempo, por decisão da maioria simples dos representantes do Grupo Temático.



§ 3º Os Grupos Temáticos terão caráter temporário, com duração não superior a um ano, período no qual devem se reunir ao menos três vezes ordinariamente, e extraordinariamente por convocação do seu Coordenador.

§ 4º Cada Grupo Temático elaborará seu Plano de Trabalho Interno, e suas propostas apresentadas deverão ser submetidas à apreciação do CPAE.

Art. 9º Os representantes do CPAE e Grupos Temáticos poderão propor temas para inclusão na pauta de reunião.

§ 1º As propostas serão encaminhadas à Secretaria e submetidas à análise e aprovação do Presidente do Comitê.

§ 2º As propostas de que trata o caput deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de vinte dias para reuniões ordinárias e de cinco dias para extraordinárias.

§ 3º Não havendo propostas de temas para inclusão em pauta, a reunião será cancelada de ofício pelo Presidente do Comitê.

Art. 10. O Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima poderão, no âmbito de suas competências, editar normas, estabelecer critérios e adotar medidas de gestão para a pesca amadora e esportiva, independentemente das recomendações do CPAE.

Art. 11. A participação no CPAE será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ DE PAULA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

